



AGRICULTURA FAMILIAR PARANAENSE: PERFIL GERAL E PRINCIPAIS PROBLEMAS

José Luiz de Oliveira (UNICENTRO) – jose-agronomia@hotmail.com
Jacqueline Midori Ono (UNICENTRO) – jacque.ono@hotmail.com
Rozana Wendler da Rosa (UNICENTRO) – rozana_wendler@hotmail.com
Marjury Cristina Maronezi (UNICENTRO) – marjury_mah@hotmail.com
Guilherme Fernando Mattos Leão (UNICENTRO) – gfleao@hotmail.com
Jéssica Kohler Visentin (UNICENTRO) – jeka._kv@hotmail.com
Cassia Inês Lourenzi Franco Rosa (Orientadora) – crosa@unicentro.br

Área Temática da Extensão Universitária: Meio Ambiente

Linha Temática da Extensão Universitária: Desenvolvimento Regional

Palavras-chaves: Produção de Alimentos; Pluriatividade; Políticas Públicas.

1. Introdução

Por Agricultura Familiar entende-se o fato de que a gestão da propriedade agrícola e a maior parte da mão-de-obra é realizada pelos próprios membros da família (SETP, 2006). O termo não está vinculado apenas à pequena propriedade, pois, principalmente em países desenvolvidos, grandes áreas são cultivadas com gestão familiar. Porém, especialmente no Brasil, as pequenas propriedades são geridas quase exclusivamente pela forma familiar.

No Brasil como um todo e, sobretudo no Estado do Paraná, a agricultura familiar tem um enorme potencial em vários setores, onde se pode destacar a produção de alimentos, pois os agricultores familiares são responsáveis por cerca de 80% do abastecimento interno (IBGE, 2006).

Ainda convém ressaltar algumas características marcantes da agricultura familiar na atualidade são a diversidade de cultivos, e também a pluriatividade. Autores como Graziano da Silva (1999) e Kageyama (2001) apontam como aspecto importante a presença de atividades não-agrícolas, nas propriedades familiares, pois estas podem viabilizar a sobrevivência desse modelo de produção no capitalismo, contribuindo para a fixação do homem no meio rural, amenizando a pobreza.

No entanto, este segmento tem vários desafios e dificuldades a superar. O maior desafio é garantir a permanência dos produtores no meio rural, visto o alto grau de êxodo existente no meio rural hoje (CASTILHO et al., 2003).

Esse trabalho tem por objetivo fazer uma revisão literária, com o intuito de conhecer a realidade vivida pelos agricultores familiares no Estado do Paraná, e com essas informações se possa buscar novas tecnologias que proporcionem um melhor desenvolvimento dos agricultores nesse tipo de propriedade.



2. Metodologia

Foi realizada revisão de literatura a respeito do perfil dos agricultores familiares paranaenses, as principais políticas e programas de auxílio e os principais problemas enfrentados por esses produtores.

3. Resultados Obtidos

3.1 Perfil da Agricultura Familiar no Paraná

Segundo o IBGE (2006), no Paraná, dos 371.051 estabelecimentos existentes, 302.907 (81,63%) enquadraram-se na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos.

Da ótica da condição do produtor em relação às terras, nos 302.907 estabelecimentos da agricultura familiar 64,8% dos produtores encontram-se na condição de proprietários, 5,7% na condição de arrendatários e, 3,1% são assentados sem titulação definitiva (IBGE, 2006). Já o VBP (Valor Bruto da Produção), da agricultura não familiar é relativamente maior quando comparado com o da agricultura familiar, 57,0% e 43,0% respectivamente.

A análise dos dados relativos ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Estado aponta que 1.117.084 de pessoas ocupadas, cerca de 70%, encontram-se em de agricultura familiar, (IBGE, 2006) evidenciando a importância desses estabelecimentos na dinâmica do mercado de trabalho.

As propriedades familiares têm produção agrícola muito diversificada, podendo destacar como principais atividades: a produção de milho, mandioca, leite, soja, entre outros (IBGE, 2006). Também existem atividades paralelas as agrícolas, no estado do Paraná, onde podemos destacar como principais as seguintes: fabricação de queijos, embutidos, doces e compotas em geral, produtos de panificação, criação de bicho-da-seda, e comercialização de produtos de hortifruticultura. Mostrando assim a importância que o produtor atual dá ao beneficiamento dos produtos da propriedade.

3.2 Políticas e Programas para a Agricultura Familiar no Estado do Paraná

As políticas públicas em prol da agricultura familiar surgiram, no Brasil, a partir da década de 90 (TELLES et al., 2008).

O Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) surgiu em 1996, para que os trabalhadores rurais tivessem uma política pública específica e diferenciada para a agricultura familiar (TELLES et al., 2008).

No estado do Paraná existem várias iniciativas para incentivo e apoio para a agricultura familiar, em parceria com o IAPAR e EMATER. Além destes, outros agentes têm desempenhado papéis relevantes no desenvolvimento da agricultura familiar, como as cooperativas de produção e de crédito (PARANÁ, 2012).

Telles et al. (2008), cita que no Paraná, alguns programas e ações desenvolvidas visam o fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa



Paraná 12 Meses. Que é um projeto do governo estadual, que proporciona investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural, além de aumento da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano.

O Crédito Fundiário Paraná é um programa do Governo Federal, executado em parceria com o Governo do Estado, e tem por objetivo a geração de emprego e renda no meio rural através do acesso rápido a terra (TELLES et al., 2008).

O Programa Estadual de Agroindústria Familiar, Fábrica do Agricultor, objetiva agregar valor aos produtos agrícolas oriundos da agroindústria familiar com garantia de segurança dos alimentos produzidos, através da certificação das unidades de transformação (agroindústria familiar) (PARANÁ, 2012).

Outro programa lançado pelo Governo do Estado do Paraná foi o Leite das Crianças, citado por Paraná (2012), sendo como um programa que objetiva a distribuição de um litro de leite para cada criança entre 6 e 36 meses, pertencente a famílias com renda média per capita mensal inferior a meio salário mínimo.

3.3 Principais Problemas Enfrentados pelos Agricultores Familiares no Paraná

Os agricultores familiares enfrentam diversas dificuldades, desde as relacionadas à distância das propriedades até a cidade, e condições das estradas, até as relacionadas com o planejamento e gestão das propriedades e dos pequenos empreendimentos mantidos pelas famílias de agricultores, que são as mais complexas, pois, segundo Lima e Wilkinson (2002) uma série de estudos tem mostrado que a viabilidade da família rural depende de rendas, portanto, de competências não agrícolas. Além disso, a necessidade de mais assistência técnica é vista como de grande importância para os agricultores familiares.

Segundo Lourenzani (2006), na maioria das famílias não há nenhum tipo de controle dos produtos comercializados, não sendo efetuados cálculos de custos e lucros dos produtos. Além disso, não há separação dos custos de produção com as despesas da casa dos produtores. Portanto, ao chegar ao final do mês, grande parte dos agricultores não sabe se obteve lucro ou prejuízo.

A partir disso entende-se que apesar dos agricultores terem sonhos e vontade de crescerem nas suas atividades de pequenos empreendedores, todos carecem de conhecimento voltados à gestão dos negócios.

4. Considerações Finais

O Estado do Paraná, juntamente com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, lançou alguns programas como o Leite das Crianças, e o PRONAF que beneficiam os produtores familiares, dando-lhes estabilização de renda, bem como melhores condições de vida, e condições de produzir de forma competitiva, com propriedades de maior porte.

Entretanto de acordo com a pesquisa, os agricultores familiares no Paraná, enfrentam uma série de dificuldades. Desde questões relacionadas à infraestrutura



das estradas e distância das propriedades até a cidade, onde são comercializados os seus produtos, até questões relacionadas a créditos e financiamentos com bancos e Pronaf, os quais têm certas exigências que dificultam a liberação.

5. Referências

CASTILHO, M. L.; RAMOS, J. M. **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. Francisco Beltrão: Editores, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1999.

IBGE. **Censo Agropecuário**. IBGE, 2006.

KAGEYAMA, A. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

LOURENZANI, W. L. **Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural**. Organizações Rurais e Agroindustriais - Revista eletrônica da UFLA, Lavras. v.8, n.3, p. 313-322, 2006.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná – SEAB. **Caracterização da bovinocultura de leite no estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2012.

SETP. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Governo do Paraná, 2006.

TELLES, T. S.; TANAKA, J. M. U.; PELLINI, T. **Agricultura familiar: pecuária leiteira como locus das políticas públicas paranaenses**. Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 29, n.3, p. 579-590, jul./set. 2008.